

Feitos um para o outro?

Um Brasil em ascensão. Os Estados Unidos em busca de apoio. A hora é de entendimento — se os dois maiores países do continente tiverem visão estratégica

Um Brasil democrático, economicamente estável e em ascensão num mundo em transformação deveria ser motivo de celebração em Washington. E também um convite ao aprofundamento de uma relação bilateral que está estagnada há décadas nos prolegômenos de grupos de trabalho e memorandos de entendimento que raramente produzem resultados palpáveis. Mas terão os Estados Unidos visão para fazer tal escolha? Em franca retirada das Américas ao sul do México no pós-11 de Setembro, os americanos veem sua influência global em declínio no momento em que vivem uma crise profunda, que acirra a polarização política interna e suscita dúvidas sobre a própria governabilidade. O recente debate em torno da elevação do teto do endividamento do governo federal talvez seja apenas o primeiro episódio de uma série. Na hipótese de os americanos seguirem o conselho de seu embaixador, estarão os brasileiros dispostos a um maior engajamento com os Estados Unidos?

Ascendente nas Américas e no mundo, o Brasil defronta-se, por sua vez, com déficits de educação, infraestrutura, inovação e competitividade que foram escancarados pelo progresso recente. Se não forem vencidos, furtarão ao país a oportunidade histórica que tem hoje para mudar de patamar de desenvolvimento e consolidar sua nova presença global. Parte da solução está, certamente, na expansão das atividades das empresas globais de ambos os países no mercado do outro, pois trazem consigo tecnologia, capacitação e ganhos de eficiência e produtividade. Mas estarão Wash-



SUSAN WALSH/AP PHOTOS

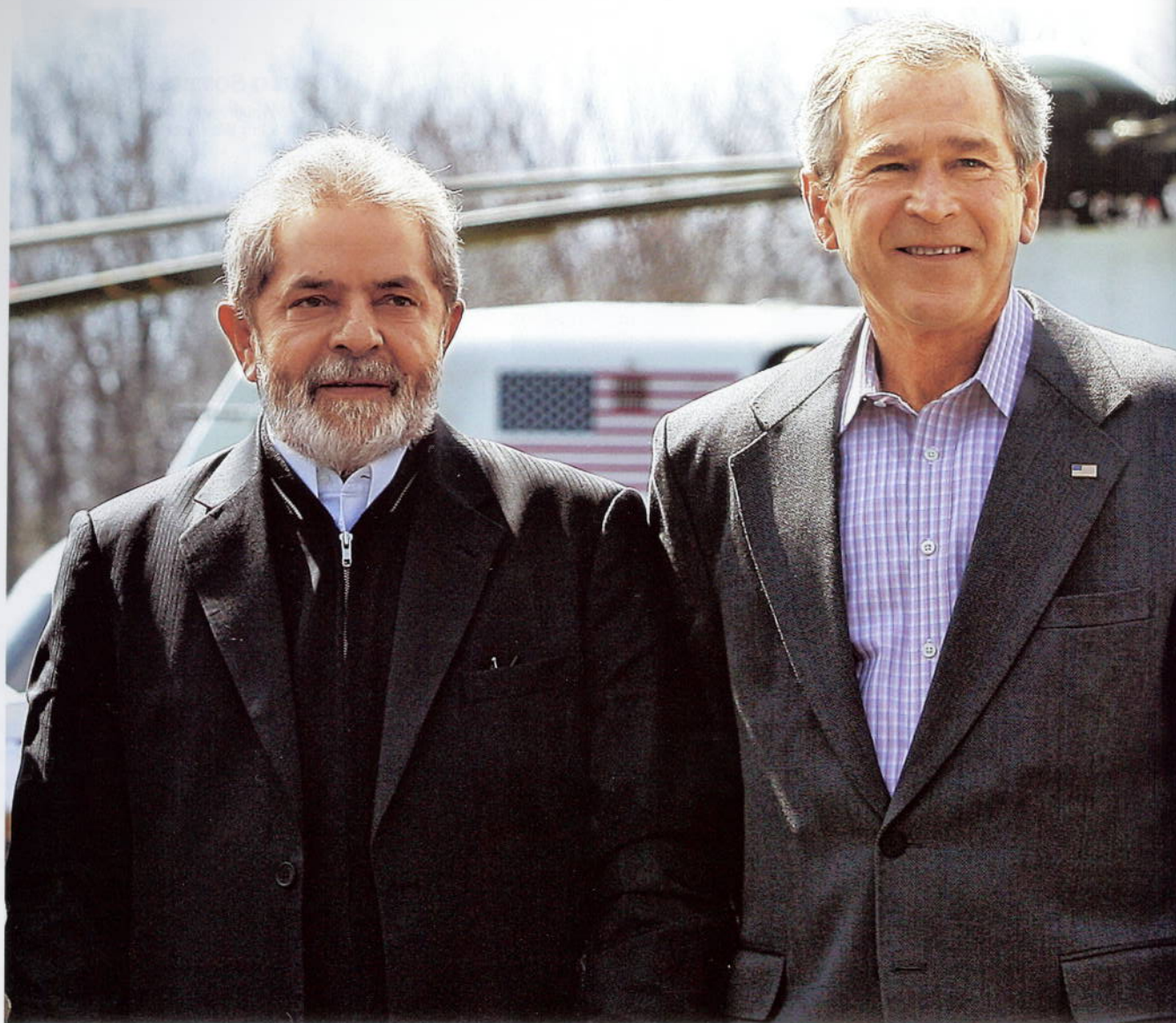


PAULO SOTERO

Jornalista, é diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington



**Dilma Rousseff
recebe o
presidente
Barack Obama
em Brasília:
o começo de
uma aliança
estratégica?**



Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush: o conhecido carisma do líder brasileiro aproximou-o do presidente americano

ington e Brasília preparados para adaptar marcos regulatórios e propiciar um ambiente mais favorável à expansão dos negócios?

A crise doméstica americana e as transformações em curso num mundo multipolar, onde nações emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, tornaram-se motores do crescimento, devem ampliar nos anos à frente os desafios para um maior engajamento. Podem, ao mesmo tempo, gerar novos espaços e oportunidades para uma maior cooperação. Trata-se de terreno não mapeado. O passado recente, contudo, não recomenda otimismo. A dois problemas antigos — a percepção torta que os Estados Unidos têm do Brasil como “país da América Latina” e a falta de clareza por parte do Brasil sobre o que quer de sua relação com os americanos —

somam-se hoje duas novas realidades com as quais os governos, os empresários, os líderes cívicos e os formadores de opinião terão de lidar nos anos à frente: de um lado, a importância econômica crescente do Brasil na América do Sul e na América Latina, onde já representa perto de 60% e 40% do PIB regional, respectivamente, e faz-se cada dia mais visível pela atuação das subsidiárias de suas empresas; de outro, a presença crescente da China no Brasil e no continente, não mais apenas como compradora de commodities, mas como um grande e agressivo provedor de investimentos diretos. Os chineses ultrapassaram os americanos em investimentos no Brasil em 2010 e, no ritmo atual, poderão superar o estoque de investimentos americanos e europeus no país em questão de anos.



RICARDO STUCKERT/PR

Contra esse pano de fundo que se desenha há quase uma década, abrem-se, por vezes, perspectivas de um diálogo mais produtivo entre o Brasil e os Estados Unidos, as duas maiores democracias e economias do continente. Aconteceu na viagem que o presidente Barack Obama fez ao país em março passado. Realizada na esteira de uma colisão frontal entre Brasília e Washington, provocada pela frustrada tentativa do Brasil e da Turquia de mediar uma solução para a disputa nuclear entre o Irã e a comunidade internacional, a visita de Obama afastou o forte mal-estar deixado pelo episódio iraniano e abriu o caminho para uma nova tentativa de aproximação. Foi importante também como gesto simbólico de reconhecimento por parte de Washington da nova importância do país no cenário regional e global: pela primeira vez, o diálogo entre os dois governos no mais alto nível começou com o presidente dos Estados Unidos indo primeiro a Brasília. Até então, era sempre o líder brasileiro estreado que se abalava a Washington. Assim fizeram Tancredo Neves em 1985, Fernando Collor de Melo em 1989 e o próprio Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2002. A visita do líder americano marcou, também, a primeira vez que Washington incluiu explicitamente a criação de empregos nos Estados Unidos entre as razões invocadas para justificar uma maior aproximação com o Brasil. Não é para menos. O Brasil é hoje o segundo país onde os Estados Unidos geram seu maior saldo comercial — mais de 7 bilhões de dólares —, depois de Hong Kong.

Em março de 2012, a presidente Dilma Rousseff deverá retribuir a visita de Obama. Os planos iniciais são de uma visita de Estado. Será a primeira desde que Fernando Henrique Cardoso foi recebido por Bill Clinton na Casa Branca com pompa e circunstância em abril de 1995. Por não usar smoking, e por razões mais substantivas dos dois lados, Luiz Inácio Lula da Silva não teve o mesmo tratamento. Uma acolhida calorosa e com todas as honras da primeira mulher presidente do Brasil será ainda mais significativa se vier acompanhada, como se espera em Brasília, por uma declaração formal de apoio dos Estados Unidos à ascensão do Brasil a uma cadeira permanente num Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado para refletir a realidade internacional deste início do século 21.

Tal manifestação, de baixo preço para Washington, alinha-se à visão que o embaixador dos Estados Unidos em Brasília, Thomas A. Shannon, tem transmitido à Casa Branca. “À medida que emergiu, o Brasil trouxe consigo o resto da América do Sul, permitindo-nos vislumbrar o futuro como um continente pacífico e estável que será

a força positiva a moldar o século 21”, escreveu Shannon em agosto passado. “O Brasil é o tipo de parceiro que os Estados Unidos querem e necessitam no mundo. É por isso que o presidente Obama disse que os Estados Unidos apoiam e celebram a ascensão do Brasil a uma posição de proeminência global”, explicou o representante americano, citando temas globais, como segurança alimentar e energética, mudança climática e biodiversidade, nos quais vê o Brasil hoje como “um ator central”. Contra o triunfo da visão iluminada do embaixador conspiram as forças poderosas de uma conjuntura de crise precipitada pelo colapso de Wall Street em setembro de 2008 e intensificada pela crise fiscal gerada para evitar o pior. Torna-se difícil antever o futuro muito além das eleições presidenciais de novembro de 2012, cujo desfecho poderá ou não colocar o país no caminho da superação do que a mídia batizou de Grande Recessão e o economista Kenneth Rogoff descreve, talvez de forma mais apta, como a Grande Contração.

Uma década ruim ou um século pior

A reeleição de Obama sem uma base parlamentar de apoio — um dos desfechos possíveis — manterá o atual impasse e adiará a busca de soluções. Um triunfo republicano não promete nada melhor. O radicalismo e a falta de densidade política dos pré-candidatos republicanos já mobilizam grandes doadores de fundos para que o partido busque nomes alternativos, capazes de produzir propostas que vão além do corte de impostos como solução para uma dívida pública de 14 trilhões de dólares, ou seja, do tamanho do PIB do país.

Observadores atentos, como o colunista Thomas Friedman, do jornal *The New York Times*, escreveram recentemente que os Estados Unidos precisam escolher entre “uma década difícil e um século ruim”. Para se livrar da segunda opção, os americanos precisam demonstrar ter estômago para negociar e executar os ajustes necessários para repor a ordem na casa e reencontrar o caminho da prosperidade que embalou o país ao longo do século 20. Os Estados Unidos já enfrentaram pelo menos três crises de dimensões semelhantes — na última década do século 19, na Grande Depressão da década de 30 e após os dois choques do petróleo nos anos 70. Saíram-se bem de todas, transformados e mais fortes. Quando e como sairão da Grande Contração é a indagação que atormenta os americanos. Don Peck, autor de uma das melhores reflexões sobre a crise publicadas neste ano, acredita que o país se superará mais uma vez porque possui a receita e os ativos para fazê-lo. “A capacidade de adaptação e reinvenção da América

é, talvez, o melhor traço histórico do país”, escreveu Peck no livro *Pinched – How the Great Recession Has Narrowed Our Futures and What We Can Do About It* (“Os Estados Unidos em apuros – como a Grande Recessão estreitou nosso futuro e o que podemos fazer”, numa tradução livre).

Para o Brasil e seus vizinhos próximos e distantes, trata-se de avaliar, em primeiro lugar, os impactos que a crise doméstica americana e os esforços para superá-la terão nas suas relações com os Estados Unidos. Para o Brasil, eles não são, necessariamente, negativos. A necessidade de reduzir o déficit público em Washington opera, por exemplo, em favor da redução dos subsídios agrícolas e, quem sabe, da eliminação do sistema de suporte à produção do etanol de milho americano, que hoje tem no Brasil um bom mercado. A redução pela metade da posição relativa dos Estados Unidos nas trocas com o Brasil nos últimos dez anos – de uma fatia de 23,5% do comércio brasileiro, em 2000, para 12,2%, entre janeiro e agosto deste ano, em benefício da China, cuja participação saltou de 2,1% para 16% no mesmo período – diminuiu as áreas de atrito. A perspectiva de crescimento sustentado da economia brasileira no futuro previsível aguça, por outro lado, o apetite das empresas americanas pelo mercado brasileiro e gera pressões a favor de reformas que beneficiariam também empresas brasileiras e contribuiriam para o estabelecimento de uma atmosfera mais positiva e produtiva nas relações bilaterais. A ênfase do governo Dilma no aumento da capacidade de inovação e da competitividade internacional da economia brasileira reforça o interesse na busca de entendimentos benéficos para ambos. Ainda que não tenham saído do papel, propostas como a de um acordo de não bitributação discutidas pelos altos executivos que integram o Fórum Empresarial Brasil-Estados Unidos permanecem em pauta, pois refletem demandas concretas de empresas globais dos dois países que investem e operam hoje no território do outro.



Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso em Brasília: um período de poucas tensões entre os dois países

“Até onde posso ver, os grandes interesses estratégicos do Brasil e dos Estados Unidos estão tão intimamente alinhados que a cooperação entre os dois países será um dos vetores do novo século”, escreveu Walter Russell Mead, do Council of Foreign Relations, após a visita de Obama ao Brasil, talvez com o excesso de otimismo de um respeitado estudioso da política externa americana para quem o Brasil é descoberta recente.

Relevados eventuais exageros, não se leem análises assim quando o tema são as relações dos Estados Unidos com as nações hispano-americanas. Embora as economias dos países da região, sobretudo na América do Sul, também atravessem um momento positivo, o horizonte para uma melhora das relações com os americanos é mais problemático. Embora seja uma das regiões em que o comércio dos Estados Unidos nos dois sentidos mais cresceu no decênio encerrado em 2009 (82%, que ante 72% para a Ásia e 51% para a Europa), o fluxo comercial da região (exceto o México) representava apenas 8,2% do total. Em comparação, o comércio dos Estados Unidos com o Brasil representa 10% do total dos fluxos entre o país e a região. As estatísticas mostram que há amplo espaço para uma intensificação das relações econômicas de Washington com a América Latina e o Caribe. Mas revelam, ao mesmo tempo, que os acordos de livre comércio negociados por Chile, América Central, República Dominicana e Peru, embora benéficos para esses países, não alteraram de forma significativa o quadro anterior e deixaram de infundir o dinamismo prometido às relações econômicas entre os Estados Unidos e a região. Panamá e Colômbia esperam há anos a ratificação, por um Congresso americano cada dia mais protecionista, dos acordos de livre comércio que assinaram com os Estados Unidos. Impasses como esses e as mudanças da estratégia internacional americana provocadas pelos ataques de 11 de setembro exacerbaram a percepção, hoje dominante, do desaparecimento da América Latina da agenda de

Washington. Peter Hakim, presidente emérito do Diálogo Interamericano, jogou a toalha cinco anos atrás. "Depois do 11 de Setembro, os Estados Unidos perderam interesse efetivo na América Latina", escreveu num artigo para a revista *Foreign Affairs* cujo título perguntava: *Is Washington Losing Latin America?* ("Estará Washington perdendo a América Latina?")

Olhos voltados para o Pacífico

Desde então, vários países da região, a começar pelos voltados para o Pacífico, buscam diversificar suas relações econômicas com a Ásia emergente, sobretudo a China, que é hoje a maior parceira comercial de quase todos eles. Frustrada a expectativa criada pela Cúpula das Américas realizada em Trinidad e Tobago, no início de 2009, de que a administração Obama revalorizaria as relações com a região, prevalece hoje o desânimo. O ex-chanceler da Colômbia Guillermo Fernández de Soto afirmou recentemente numa conferência em Washington que, com os Estados Unidos engolfados pela crise doméstica e por uma campanha presidencial, a próxima reunião de líderes do hemisfério poderá não passar de "mais uma cúpula". O ex-presidente do Panamá Martin Torrijos disse em setembro, numa conferência em Washington, que "o fosso entre a América Latina e os Estados Unidos aumentou". Ele acredita que o vácuo deixado pela retirada dos americanos está sendo preenchido pela China, economicamente, e pelo Brasil, politicamente. Refletindo a tese avançada há um par de anos por Abraham Lowenthal, professor da Universidade do Sul da Califórnia e um dos mais fecundos pensadores sobre a América Latina nos Estados Unidos, o ex-chanceler da Bolívia Gustavo Fernandez Saavedra vê hoje duas agendas na relação de Washington com a região. Ao norte, ela é dominada por interesses americanos no México, na América Central e no Caribe, que fazem parte da realidade doméstica e têm como eixos temas como segurança, tráficos ilícitos e imigração, todos problemas de difícil solução e que integram uma agenda fortemente negativa. Na América do Sul, por outro lado, os laços americanos diminuíram e a região vive uma nova dinâmica, balizada pela ascensão do Brasil, pelo esgotamento da fantasia bolivariana e por novos arranjos regionais arquitetados pela diplomacia brasileira. Essa nova realidade aumenta as demandas dos vizinhos em relação ao Brasil e apresenta um novo conjunto de desafios para os quais políticos, empresários e formadores de opinião brasileiros apenas começam a acordar. Trata-se de saber como investir o capital político

O vácuo deixado pela saída americana da América Latina está sendo ocupado pela China, no front econômico, e pelo Brasil, no político

e econômico que a nova realidade propicia ao país e como exercer a liderança de forma produtiva, que promova uma prosperidade compartilhada na região e evite a percepção de arrogância e presunção que vizinhos já começam a ter sobre nós, como alerta o cientista político Sérgio Fausto em artigo publicado nesta edição. Na falta desse cuidado, as assimetrias crescentes nas relações econômicas do Brasil com seus vizinhos imediatos poderiam facilmente levar o país a reproduzir na América do Sul a relação pouco saudável que sempre acusou terem os Estados Unidos com a América Latina e o Caribe.

Num quadro de uma prolongada crise interna e de declínio da influência global dos Estados Unidos, as respostas que os políticos americanos darão aos múltiplos desafios com que se defrontam são um grande complicador potencial de suas relações com a região e com o Brasil. Não obstante o mérito da tese defendida pelo embaixador Thomas Shannon, segundo a qual os americanos devem saudar a ascensão do Brasil nas Américas e no mundo, dois fatores operam no sentido contrário à sua incorporação pelo establishment em Washington. O primeiro é que a ideia de uma aproximação com os Estados Unidos é vista com ceticismo no Brasil. Deve-se isso, em boa parte, à tendência ideológica de Brasília de ver um jogo de soma zero nas relações hemisféricas, no qual a ascensão brasileira na região aparece simplisticamente como função da perda de interesse e do recuo americanos. Por outro lado, as elites americanas permanecem ignorantes em relação ao Brasil e a todos os seus vizinhos ao sul, incluindo o México, e dão mostras de que custarão a compreender e a aceitar a realidade de declínio relativo da potência americana. Não se deve descartar, assim, a possibilidade de Washington procurar fazer o oposto do que Shannon sugere e usar o poder que retém na região para inserir cunhas entre o Brasil e seus vizinhos. A percepção distorcida que os americanos mantêm sobre o Brasil aumenta o risco de que Washington siga esse caminho equivocado. "A identificação do Brasil com a América Latina e o Terceiro Mundo atrapalha a avaliação de Washington do poder e da importância do país para os Estados Unidos", escreveu em março Luigi Einaudi, diplomata aposentado e professor da National Defense University, em Washington. A advertência embutida no diagnóstico de Einaudi soa como um chamamento à ação por parte dos líderes empresariais e políticos que compreendem e valorizam um engajamento movido por interesses reais entre as duas nações líderes do continente. ✦